



A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PENSAMENTO DE FRIGOTTO.

Maria Catarina Ananias de Araújo

Universidade Estadual da Paraíba(UEPB) mariacatarinaan@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar os principais questionamentos levantados por Gaudêncio Frigotto a respeito da situação educacional brasileira no início do século XXI, mais especificamente, a partir do fenômeno do *Lulismo* iniciado em 2003, fenômeno este que foi marcante nesse período, porém não promoveu nenhuma grande mudança estrutural no que se refere ao modelo de educação vigente no Brasil, sobretudo no âmbito público. Na concepção de Frigotto, as políticas educacionais implementadas em nosso país até o momento ignora o real valor da formação do indivíduo enquanto ser crítico e consciente de sua realidade social, formando-o apenas para exercer o mínimo possível de sua consciência política. O resultado dessa política é reduzido apenas ao alcance do trabalho manual e ao acesso precário ao consumo por parte da maioria dos brasileiros.

Palavras-Chaves: Frigotto, Educação, Reflexão.

1.INTRODUÇÃO

A educação básica exerce em papel preponderante na formação do ser social, é por intermédio dela que se constrói a identidade social, cultural e econômica de um país, portanto investir nela significa investir no presente e no futuro de um povo, infelizmente não é isso que ocorre no Brasil é impossível não perceber o sucateamento de nossa educação pública de modo geral o que nos deixa com índices muito abaixo do desejado em relação aos países desenvolvidos e principalmente em relação às necessidades de nossos cidadãos.

É nessa perspectiva que o filósofo e educador brasileiro Gaudêncio Frigotto busca analisar a real condição em que se encontra a educação brasileira no tocante a primeira década do século XXI, realizando o que ele mesmo denomina de *estado da arte* da situação por nós vivenciada.



Em primeiro lugar nosso autor ressalta que no campo das ciências sociais não é possível analisar um objeto específico sem considerar a estrutura e a conjuntura em que ele se constituiu, logo para pensar a educação brasileira hoje não podemos prescindir de seus aspectos históricos fundamentais.

Assim sendo, compreendemos que o ocorrido durante o período de 2001 a 2010 não pode ser analisado de forma isolada é preciso atentar para as condições históricas, para sua essência e para os interesses daqueles que de forma direta ou indireta o promoveram as mudanças advindas dele e claro, suas implicações para a questão educacional.

2. O PROJETO SOCIETÁRIO DESSA DÉCADA: A QUEM ELE REALMENTE ATENDE?

Inicialmente, Frigotto chama a atenção para o começo da década, mais precisamente o ano de 2003 quando de acordo com seu pensamento, ela começou enquanto conjuntura com a chegada ao poder do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O que se esperava do novo governo tendo em vista a linha de pensamento defendida pelas forças políticas que promoveram sua ascensão era uma ruptura total com o projeto societário vigente, em detrimento de um novo projeto nacional capaz de transformar a difícil realidade social do país. Entretanto, não foi isso que aconteceu o “novo” governo do qual se esperava uma revolução nacional optou por adotar uma postura puramente desenvolvimentista ignorando a estrutura social fundante da nossa sociedade.

Ao assentar-se, e cada vez mais, na opção pelo desenvolvimentismo, o marco do *não retorno* não foi construído na atual conjuntura e, por isso mesmo, não altera nem o tecido estrutural de uma das sociedades mais desiguais do mundo, nem a prepotência das forças que historicamente o definem e o mantêm. (FRIGOTTO, 2010, p.238).

Dessa forma, a atenção exagerada para com o desenvolvimentismo e o interesse em não entrar em confronto com as forças dominantes que sempre oprimiram a classe trabalhadora brasileira resultou na manutenção de um de um jogo de dominação que na prática só beneficiou a classe dominante desse país.



Como podemos perceber, o modelo desenvolvimentista adotado pelo governo Lula não altera em nenhum aspecto essencial a organização social brasileira, ao contrário a consolida uma vez que, ela continua privilegiando o grande capital garantindo sua modernização e expansão aumentando ainda mais a concentração de renda. As massas, por sua vez continuam vivendo em condições precárias em relação ao emprego, consumo e principalmente a educação.

A continuidade da década presente em relação ao passado incide no erro da geração perdida--a opção por *conciliar uma minoria prepotente a uma maioria desvalida*—mediante o combate a desigualdade dentro da ordem de uma sociedade capitalista onde sua classe dominante é das mais violentas e despóticas do mundo. (FRIGOTTO, 2010, p.239).

Nesse contexto pode-se afirmar que se a hegemonia da classe dominante foi mantida intacta o que difere a atual situação daquela vivida na década de 90 com o governo neoliberal comandado pelo presidente da república naquele momento Fernando Henrique Cardoso é que ainda de forma deficiente houve um resgate da frente social do estado brasileiro com relativas melhorias que atingiram parte de nossa classe trabalhadora.

Trata-se, nesse último caso, não apenas da realização de políticas compensatórias e de parca distribuição de renda, como é o Programa Bolsa Família, ou das políticas de descriminalização positiva, mas do acesso diferenciado e intenso para a casa própria e a bens de consumo, a programas de acesso a energia etc. (FRIGOTTO, 2010, p.240).

É inegável a importância dessas políticas de compensação, o problema de acordo com o pensamento de Frigotto é que elas foram implantadas dentro da ordem vigente sem enfrentar a minoria dominante, grande responsável pela história de miséria da nossa sociedade. Ela surge combatendo a desigualdade e ao mesmo tempo protegendo àqueles que a promovem. Nessa relação contraditória, a educação entendida como ferramenta mais importante para a transformação social, torna-se essencial para a manutenção do circuito estrutural que promove a desigualdade em nossa pátria.



Assim, ao final dessa década, podemos afirmar que no plano estrutural, embora não se tenha a mesma opção dos que no passado recente venderam a nação e haja avanços significativos no plano social, mormente para o grande contingente da população até então mantido na indigência, o marco de não retorno não se estabeleceu e o circuito das estruturas que produzem a desigualdade não foi rompido. (FRIGOTTO, 2010, p.24).

Diante do que foi acima exposto fica evidente que embora o proletariado brasileiro tenha dito acesso velado a alguns direitos sociais o projeto societário que tivemos nessa primeira década de século XXI permaneceu como sempre esteve ao longo de nossa curta história, privilegiando uma minoria conservadora, prepotente e violenta indiferente a situação degradante da grande maioria de nossa população.

3. A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO NA CONJUNTURA DA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI NO BRASIL.

Considerando que a educação é uma importante ferramenta da superestrutura podendo de acordo com seu conteúdo de classe libertar o homem da opressão (RODRIGUES, 2001, p.401) convém a uma classe dominante altamente reacionária como é o caso da brasileira manter as rédeas sobre ela o quanto for possível, isso pode explicar o descaso com o qual nossos governantes ao longo do tempo a trataram, principalmente no âmbito público.

No início do século XXI, mais precisamente no ano de 2003 emerge ao poder um presidente de um partido de esquerda do qual se esperava um rompimento com a ordem que vigorava fato que como já sabemos não aconteceu. Mediante o não rompimento com as forças conservadoras, como se esperava o Governo Lula, assim como seus antecessores não deu a educação pública a atenção merecida, no sentido de buscar desenvolvimento de um novo modelo de cidadania, onde os indivíduos pudessem compreender a nossa real situação político-social e interferir de forma ampla e consciente nela. De acordo com Frigotto (2010):



O pressuposto basilar da leitura a que me refiro incide no fato de que, ao não disputar um projeto societário antagônico à modernização e ao capitalismo dependente e, portanto, à expansão do capital em nossa sociedade, centrando- -se num projeto desenvolvimentista com foco no consumo e, ao estabelecer políticas e programas para a grande massa de desvalidos, harmonizando-as com os interesses da classe dominante (a minoria prepotente), o governo também não disputou um projeto educacional antagônico, no conteúdo, no método e na forma. (FRIGOTTO, 2010, p.241).

Dessa forma percebemos que em sua essência o sistema educacional brasileiro permaneceu o mesmo tal como as estruturas que sustentam os pilares de nossa sociedade. Na concepção do nosso autor, o que predominou nesses anos todos foi uma *política de melhoria* baseada nas já tradicionais parcerias público e privado fato que impediu as tão esperadas e necessárias reformas estruturais da educação, as mudanças ocorridas resultam de reformas parciais e com interesses específicos.

Assim sendo, o que vimos no início dessa década foi basicamente a continuação do que já vinha acontecendo na década passada onde a iniciativa privada passou a agir de forma ainda mais acentuada em todos os níveis da educação pública interferindo nos conteúdos e métodos consolidando ainda mais a parceria público com privado numa relação em que saem fortalecidos aqueles que controlam ideologicamente a nossa sociedade.

No entanto, também é preciso ressaltar alguns pontos importantes que diferem, ainda que parcialmente as políticas públicas educacionais implantadas nessa primeira década do século XXI daquelas implantadas anteriormente tais como: a criação de novas universidades federais, realização de concursos públicos, ampliação dos recursos federais para todos os níveis da educação, investimentos nas escolas técnicas federais bem como a instituição de políticas públicas voltadas para a formação de jovens e adultos e para minorias como indígenas e afrodescendentes algo impensável nos anos 90. Há ainda, outros pontos igualmente importantes e que devem ser mencionados pois promovem ainda que de forma parcial algumas mudanças significativas. Conforme descreve Frigotto (2010):



No plano do financiamento, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), com todos os limites da natureza dos recursos ligados ao Fundo e não constitucionais, incorporou a educação infantil e o ensino médio, antes não contemplados. Para cobrir todas as modalidades, na sua função suplementar, está em tramitação final, tem lugar a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (FUNDEP). E outro aspecto diferenciado, ainda que em termos muitíssimos baixos, é a fixação do piso nacional para o magistério da educação básica, uma conquista histórica do magistério nacional. (FRIGOTTO, 2010, p.244).

É inegável a importância destes feitos, o problema é como e com quais interesses eles foram realizados, não houve uma implementação embasada numa formação humanística voltada para uma formação intelectual sólida dos indivíduos para que estes sejam capazes e refletir sobre a realidade que o cerca. Ao contrário disso, o que se percebe é a imposição de uma visão cada vez mais mercantil da educação onde o interesse é formar consumidores e não seres pensantes. Nesse sentido temos um mercado educacional que traz consigo consequências perigosas para qualquer sociedade. De acordo com Ball(2001):

Dito de uma forma direta, o mercado educacional tanto des-socializa, quanto re-socializa; cria novas identidades e destrói a sociabilidade, encorajando o individualismo competitivo e o instrumentalismo. Os espaços nos quais são possíveis a reflexão e o diálogo sobre os valores são eliminados. (BALL, 2001, p.107).

Essa visão puramente mercantilista implica dizer que a mudança do quadro educacional brasileiro nesse início de século só tende a favorecer a elite reacionária e despótica conforme já foi citado no decorrer deste trabalho, sem transformações substanciais o controle sob a educação foi mantido e solidificado nas mãos daqueles que não desejam sob nenhuma hipótese que ela se desenvolva e atenda as reais necessidades da nossa população. A consequência desse projeto foi a manutenção de um modelo de educação básica limitado que não oferece o mínimo de qualidade para as futuras gerações. Em conformidade com a linha argumentativa de Frigotto(2010):



Pode-se afirmar, assim, que a despeito de algumas intenções em contrário, a estratégia de fazer reformas conciliando e não confrontando os interesses da minoria prepotente com as necessidades da maioria desvalida acaba favorecendo essa minoria, mantendo o dualismo estrutural na educação, a inexistência de um sistema nacional de educação, uma desigualdade abismal de bases materiais e de formação, condições de trabalho e remuneração dos professores, redundando numa pífia qualidade de educação para a maioria da população. (FRIGOTTO, 2010, p.246).

Corroborando as ideais de Gaudêncio Frigotto constatamos que no começo do século XXI a situação da educação pública brasileira vista de forma secundaria por aqueles que estão no poder continua a ser tão delicada como outrora fora e que dificilmente haverá uma mudança radical em seu cerne. Afinal, parece que a educação está voltada mais do que nunca para favorecer a classe dominante.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral à educação tende a ser usada como meio de controle e manipulação social, foi assim na antiguidade clássica, no período medieval e principalmente na modernidade quando ele se tornou fenômeno de massa. Ela é uma poderosa ferramenta de poder, e quem a tem em suas mãos vai instrumentalizá-la em benefício próprio, como já nos alertavam Marx e Engels em seus vários escritos sobre esta importante ferramenta da superestrutura.

Analisando o pensamento de Gaudêncio Frigotto podemos observar e refletir sobre alguns aspectos importantes a respeito do nosso sistema educacional na primeira década do atual século. Não se pode negar que em relação à ampliação de vagas e a garantia ao acesso em todos os níveis, foram e são mudanças fundamentais, ainda que limitadas por interesses de classe. Entretanto, como todos já sabemos, quantidade não implica em qualidade e este é talvez o grande desafio para a nossa sociedade como um todo, e para os estudiosos da educação em particular, lutar pela melhoria na qualidade da mesma. Luta esta que, exigirá muita coragem da parte de todos e demandará muito tempo.



5.REFERÊNCIAS

BALL, S. **Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação.** Currículo sem Fronteiras, v.1, n.2, p.99-116, Jul/Dez 2001.

FLEURI. Reinaldo Matias. **Educar para quê?** São Paulo: Cortez, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI.** Conferencia de abertura da 33ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Caxambu - MG, 17 de outubro de 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas.** Vol. 3. São Paulo: Editora Alfa Ômega. 2002.

RODRIGUES. Alberto Tosi. **Sociologia da Educação.** Rio de Janeiro. DP&A, 2001.